

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE041574

O GOVERNO dos arranjos políticos: atropelando o bom senso e desvirtuando as funções de um bom governo, a prefeita de Campinas repete a dose, no caso dos 108 perueiros alternativos irregulares.
Correio Popular, Campinas, 25 abr. 2003.

O Governo dos Arranjos Políticos

A decisão da Prefeitura de Campinas, no caso das 108 licenças irregulares, de perueiros alternativos do transporte coletivo, constitui outra manobra política para manter a distorção do sistema.

Esses 108 permissionários, cujas licenças são ilegais, conforme decisão do Tribunal de Justiça, acabarão por recobrar a licença e voltar a operar, porque a Prefeitura achou um jeito de lhes validar a prerrogativa, facultando-lhes o benefício de nova lei.

Em vez de decidir pelo bom senso, inibindo a operação dos não-permissionários, convocou os permissionários originais que, obviamente, poderão, agora, com a nova legislação, transferir de novo as permissões. O noticiário a esse respeito, nesta edição, não deixa dúvida de que a prefeita, no caso por ação, e não por omissão, claudica, prefere fazer o que os irregulares querem.

Um governo pode claudicar por omissão e por atos deliberadamente praticados. Nos dois casos descumpre o compromisso com a população e frustra o cidadão. Inverte o sentido da administração pública.

O atual governo de Campinas, a cuja frente está a prefeita Izalene Tiene (PT), conseguiu, em várias e importantes exigências da cidade, deixar sérios problemas crescerem, por omissão e incúria.

ATROPELANDO

O BOM SENSO

E DESVIRTUANDO

AS FUNÇÕES DE UM

BOM GOVERNO, A

A PREFEITA DE

CAMPINAS

REPETE A DOSE,

NO CASO DOS

108 PERUEIROS

ALTERNATIVOS

IRREGULARES

A relação desses problemas abrange áreas de urbanização, transportes, saúde, educação, serviços públicos, preservação de reservas ecológicas, sistema viário, estado das vias públicas, e assim por diante.

Em outros casos, a prefeita Izalene tem afrontado um princípio básico da gestão pública: governar

para a cidade inteira, e não, de forma absurda, tendo em vista enfoques grupais, inclusive privilegiando segmentos vistos como geradores de dividendos políticos, como é o caso dos perueiros.

Os camelôs e informais correlatos, por exemplo, tomaram conta do Centro, estrangulando o comércio legal e deturpando as funções do espaço da área central. As implicações disso são perniciosas para o funcionamento normal da cidade, com prejuízos financeiros e de atravancamento, e a decorrente poluição visual. O direito ao trabalho dos informais, em áreas adequadas, não impõe os sérios prejuízos ao comércio legal e à população, que a prefeita insiste em misturar.

Sem nenhuma preocupação ou zelo pela classe empresarial, portanto, a prefeita ignora exatamente o setor que vem sustentando o desenvolvimento de Campinas.

O campineiro tem acompanhado a sucessão de descompassos da Prefeitura, no trato das questões da cidade, inclusive o não cumprimento do alardeado Orçamento Participativo (OP), cujas reuniões têm servido mais a um discurso nitidamente eleitoreiro, do que para responder às necessidades da população. Além do que, a maior parte das prioridades dos OPs não tem sido cumprida.

Explícitas ou não, são manobras políticas que prevalecem em decisões da Prefeitura, como essa relativa aos perueiros irregulares.